

---

## *A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA NO NORDESTE: ALGUNS BREVES APONTAMENTOS*

---

*Amurabi Oliveira (UFSC)*

**RESUMO:** Este trabalho visa realizar uma reflexão em torno da formação inicial de professores de Sociologia no Nordeste do Brasil, considerando o contexto formulado com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio em 2008, que implicou a expansão no número de cursos de Licenciatura em Ciências Sociais nessa região, bem como tem demandado uma revisão dos modelos formativos já em curso. Analisamos tanto o cenário e as tendências apontadas no âmbito da formação inicial, como também indicamos os desafios que se colocam como mais proeminentes nesse momento.

**Palavras chave:** Ensino de Sociologia. Formação de Professores. Licenciaturas em Ciências Sociais.

### *THE INITIAL TRAINING OF SOCIOLOGY TEACHERS IN THE NORTHEAST: BRIEF NOTES*

**ABSTRACT:** This study raises reflections regarding the initial training of Sociology teachers in the Northeastern region of Brazil, considering the context formulated with the reintroduction of Sociology teaching in high schools in 2008, which implied in the expansion of the number of Social Science courses in this region, as well as has required a review of the training models already in place. We have analyzed both the scenario and the trends identified in initial training, as well as the challenges that are now more prominent.

**Keywords:** Sociology teaching. Teacher training. Degree in Social Sciences.

## Introdução

Ainda que os Cursos de Ciências Sociais apenas tenham iniciado suas atividades nos anos de 1930 (MICELI, 1989), o Ensino de Sociologia antecede essa realidade, tendo havido a indicação da introdução dos seus estudos na Educação Básica tanto nos pareceres de Rui Barbosa, quanto na Reforma proposta por Benjamin Constant (MACHADO, 1987) e, de forma mais enfática, a partir dos anos de 1920, com as Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos, esta última já nos anos de 1930, que, apesar de não terem um alcance nacional, atingiram diretamente o Colégio Pedro II que servia de modelo para as demais escolas do país (GUELFY, 2001). Este cenário gerou uma particularidade: o fato de que os primeiros professores de Sociologia eram autodidatas nessa área do conhecimento (MEUCCI, 2011), muitos deles elaboraram manuais de Sociologia voltados para a Educação Básica<sup>i</sup>.

Apesar de comumente se indicar que o Ensino de Sociologia na Educação Básica iniciou-se no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no ano de 1925, tendo como primeiro professor Delgado de Carvalho, já em 1892 no Atheneu Sergipense, em Aracaju, teve início a disciplina Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio, alocada no 6º e último ano do curso de humanidades. Obviamente, o que era lecionado encontrava-se na interface com outras áreas de conhecimento, de acordo com o estudo de Alves e Costa:

[...] os conteúdos dessa disciplina voltam-se para a civilidade, a moralidade, o respeito à ordem, o civismo, a responsabilidade moral, a política-social, as formas de governo, a importância da família e do Estado, além de muitas noções de direito, ou seja, pautam-se nas idéias da ciência positivista, principalmente na instauração da razão para a busca da ordem social. (ALVES; COSTA, 2006, p.35)

Essa disciplina mudou de nome nos anos seguintes, passando a se denominar Sociologia e Moral: principais noções sobre o assunto (1892); Sociologia (1897); Sociologia e Moral (1900); Elementos de Sociologia, Moral e Direito Pátrio (1901). Em 1912 bifurcou-se em duas disciplinas: Lógica e Noções de Direito Moral e Instrução Cívica; Educação Moral e Cívica, Noções de Sociologia e de Direito Usual (1916); Sociologia (1925). Essa interface com outras áreas de conhecimento indicava uma parca clareza com relação às fronteiras disciplinares, o que também ocorreu no processo de introdução da Sociologia no Colégio Pedro II em 1925, tendo havido uma difícil distinção, em especial com a

História (GUELFY, 2001; SOARES, 2009).

Nos anos de 1920, a Sociologia foi lecionada nos cursos complementares, voltados para a formação das elites, uma vez que se destinava àqueles que pleiteavam ingressar nas Universidades. Também ocorreu uma forte presença da Sociologia nos cursos de formação de professores junto às chamadas Escolas Normais, também conhecidas como ‘magistério’, tendo sido a de Pernambuco uma das primeiras do país a introduzir tal disciplina já em 1928, durante as Reformas promovidas por Estácio Coimbra (1872-1937), cujo Plano de Reforma de Ensino foi incumbido a Antônio Carneiro Leão, que integrava o movimento da Escola Nova<sup>ii</sup>. Acerca desse cenário, Meucci (2007, p. 458) nos aponta o seguinte:

A rigor, Carneiro Leão entendia que, por meio da sociologia, a escola se realizaria efetivamente como instituição influente ‘na elaboração do Estado e da sociedade’. Nesse sentido, a nova disciplina deveria permitir, sobretudo, o reconhecimento do que ele chama de ‘necessidades sociais do tempo e do meio’. Os problemas relativos à família, à pobreza, ao crime, à imigração deveriam constituir os temas sociológicos a serem investigados pelos próprios alunos através de inquéritos sociais. O objetivo era ensiná-los a ver, a observar e disso tirar experiência. É, afinal, na escola que, no entender de Carneiro Leão, se deveria, a um só tempo, conhecer o meio social, reagir sobre ele, conduzi-lo, orientá-lo. A sociologia deveria favorecer o conhecimento dos hábitos nefastos, as anomalias sociais, suas causas e seus efeitos entre os quais a ‘ociosidade, os casamentos malsãos, o parasitismo’ (LEÃO, 1929). Observemos que havia uma expectativa em relação ao conhecimento sociológico no contexto da formação de educadoras, na qual pesquisa e normatização social se combinavam. Ao definir a pesquisa sociológica como dedicada ao reconhecimento de ‘necessidades sociais’ e à identificação de ‘hábitos nefastos’, Carneiro Leão assume uma perspectiva que, embora incentive a realização de pesquisas, não deixa de ocultar o seu caráter normativo. Uma perspectiva higienista se entrevê entre seus argumentos.

O educador faz ainda suas últimas ressalvas relativas ao teor do ensino da nova disciplina: a sociologia não se poderia ser tratada como matéria dedicada ao estudo do passado, como disciplina doutrinária ou como uma espécie de filosofia da história.

Tal Reforma só foi posta em prática em 1929, quando assume aquele que foi o primeiro professor de Sociologia junto a esta disciplina: Gilberto Freyre, um dos poucos intelectuais do

período, versado academicamente na área de Ciências Sociais. O processo de introdução da Sociologia nos currículos dos cursos de Formação de Professores apontava para a necessidade de se pensar um 'novo professor' para um 'novo modelo de sociedade' (NAGLE, 1976), buscando dar cientificidade aos currículos de tais cursos.

Todavia, a criação do primeiro curso de Ciências Sociais no Nordeste se deu apenas em dezembro de 1950, ocorrendo o efetivo início de suas atividades no ano de 1952, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Recife, que funcionou apenas na modalidade bacharelado até 1999, quando se criou a Licenciatura, tendo ocorrido o ingresso da primeira turma em 2000. A partir daí houve uma profusão de cursos nessa área nos diversos Estados do Nordeste, especialmente após os anos de 1960, sendo os últimos a possuírem tal curso Sergipe, em 1990, e Alagoas, em 1994. Ao mesmo tempo houve uma intensa profusão de Programas de Pós-Graduação em Sociologia/Ciências Sociais a partir dos anos de 1970 e, mais recentemente, de Antropologia, e de Ciência Política em menor escala.

O que objetivamos realizar nesse trabalho é uma breve reflexão sobre a formação de professores de Ciências Sociais no Nordeste do Brasil, analisando o atual cenário bem como as tendências e desafios que estão postos, em especial a partir da realidade com a Lei Nº 11.684/08 que reintroduz a Sociologia no currículo escolar.

## Cenário e tendências

Para compreendermos melhor o contexto da formação de professores de Sociologia no Nordeste do Brasil, tomamos por base os cursos que são ofertados de forma presencial, dividindo aqui temporalmente em dois momentos: o primeiro que antecede ao processo de reintrodução da Sociologia; e o segundo que remete ao momento após 2008, quando a disciplina voltou a figurar em nível nacional no Ensino Médio.

Um primeiro aspecto que chama a atenção quando examinamos tais cursos é que eles apresentaram nas últimas décadas um percurso inverso com relação à tendência mais geral do Ensino Superior brasileiro que, a partir dos anos de 1970, passa por uma acelerada expansão, que se intensifica a partir de 1995 (NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007), capitaneada pelas instituições privadas de ensino em sua forma não universitária. Os

cursos aqui examinados caminham, na contramão desse cenário, em três aspectos: a) seu mais intenso processo de aceleração se dá muito tardiamente, a partir dos anos 2000, ocorrendo inclusive o fechamento de alguns cursos nos anos de 1990; b) estão alocados majoritariamente em instituições públicas de ensino e atualmente, dentre os presenciais, apenas o da Universidade de Fortaleza, que foi reconhecido pelo Decreto Nº 81.761 de 6 de junho de 1978, é privado, ainda assim encontra-se em processo de fechamento, não abrindo mais novas turmas; c) todos, atualmente em funcionamento, encontram-se em universidades.

Até o ano de 2008 havia os seguintes cursos de Formação de Professores de Ciências Sociais no Nordeste em funcionamento por Estado: Alagoas, Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Bahia, Universidade Federal da Bahia – UFBA; Ceará, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA, Universidade Estadual do Cariri – URCA; Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Piauí, Universidade Federal do Piauí – UFPI; Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Sergipe, Universidade Federal de Sergipe – UFS. Tais cursos ofertavam conjuntamente no ano de 2008 um total de 663 vagas para a formação de professores em Ciências Sociais, seja por meio de cursos exclusivamente de Licenciatura em Ciências Sociais, ou de outros que ofertavam a habilitação Licenciatura e Bacharelado conjuntamente, ou ainda a Licenciatura como formação complementar ao bacharelado. Havia nesse período três dessas universidades em que ocorria a oferta exclusivamente do curso de Ciências Sociais com a habilitação do bacharelado: Universidade de Fortaleza, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em sua quase totalidade estes cursos estavam localizados em capitais, dez dos 14, havendo cursos no interior apenas nos Estados do Ceará nas cidades de Sobral (UVA) e Crato (URCA), Paraíba na cidade de Campina Grande (UFCG), e Rio Grande do Norte em Mossoró (UERN).

Tendo em vista que, na maioria dos estados nordestinos, a Sociologia não era disciplina obrigatória em suas grades curriculares da Educação Básica, ou ocupavam um espaço demasiadamente marginal, cabia aos egressos de tal formação a atuação na Educação Básica por meio de outras disciplinas, como História e Geografia, ou ainda exercer outra atividade profissional

não ligada à área do ensino, já que esta é decididamente desprivilegiada com relação à pesquisa, sendo tido como 'destino ideal' de tais egressos a carreira acadêmica, como nos indica a pesquisa de Matias Filho (2004) sobre os egressos do curso de Ciências Sociais da UFRN.

Com o advento da Lei Nº 11.684/08, a necessidade de se repensar os cursos existentes se coloca como proeminente, bem como surge uma demanda real para a criação de novos cursos de Ciências Sociais, visando à formação de professores de Sociologia. É nesse curto intervalo de tempo que analisamos, entre os anos de 2008 e 2013, que ocorre a ampliação mais significativa do número de cursos de Ciências Sociais no Nordeste, sendo criados mais onze novos cursos junto às seguintes Universidades por Estado: Bahia, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Maranhão, UFMA, nos campi de Bacabal, Imperatriz e São Bernardo; Paraíba, UFCG, campus de Sumé; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Pernambuco – UPE; Piauí – Universidade Estadual do Piauí (UESPI), totalizando 11 novos cursos, ou seja, um aumento de 78% no número total, sendo que tais cursos ofereceram conjuntamente no ano de 2013 mais 520 vagas para a formação de professores habilitados a lecionar Sociologia na Educação Básica.

Ao contrário da tendência que percebemos nos cursos existentes até 2008, há aqui uma concentração fora das capitais dos 11 novos cursos, 7 (os três da UFMA, UESC, UESB, UNIVASF, UFCG) estão localizados no interior, representando 63% deles, incluindo aí não apenas municípios de médio porte, como também alguns com menos de trinta mil habitantes, como é o caso dos cursos que funcionam em São Bernardo (UFMA) e em Sumé (UFCG). Outra característica que tais cursos se diferem substancialmente se deve ao fato de que são todos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais ou, no caso dos cursos da UFMA, Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia, não havendo a figura dos cursos com habilitação conjunta, o que reflete as demandas sociais, políticas e educacionais que possibilitaram a criação destes. Por fim, destaca-se que, ao contrário do primeiro grupo que é claramente capitaneado pelas Instituições Federais de Ensino, 9 dos 14, esse segundo apresenta um crescimento na participação das Instituições Estaduais de Ensino Superior, sendo 5 dos 11 novos cursos criados ou, se considerarmos exclusivamente os cursos de Ciências Sociais, são 5 de 8. Em todo o caso, a participação das Universidades Federais continua predominante, e representando também uma importante referência em termos de pesquisa e de produção do conhecimento nessa área.

Observamos que algumas tendências permanecem, como a formação universitária e em instituições públicas, além de que todos os novos cursos presenciais criados após 2008 ocorrem neste tipo de instituição. O fato de se desenvolverem junto a universidades não pode ser encarado como algo menor, muito pelo contrário, tendo em vista que tal elemento aponta para uma possibilidade de articulação entre ensino e pesquisa, fundamento do que se compreende por Universidade.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que boa parte dos cursos recentemente abertos já contam com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (UFMA, UESC, UNIVASF, UFPB, UFCG), o que é algo extremamente positivo, tendo em vista as possibilidades que são abertas com tal programa (OLIVEIRA, LIMA, 2013). Os demais cursos que ainda não o possuem são demasiadamente jovens, tendo iniciado suas atividades em 2012 (UNEB), ou 2013 (UESB, UPE, UESPI).

O cenário existente aponta claramente para um processo de consolidação de tais cursos, ainda que um exame mais adequado só possa ser realizado a médio prazo, tendo em vista que a maior parte de tais cursos ainda não formou suas primeiras turmas. Algumas mudanças significativas podem ser sentidas nos modelos formativos adotados, pois, em sua maioria, o estágio supervisionado, por exemplo, é assumido pelo próprio Departamento que criou o curso, à exceção da UFPB, havendo, além disso, outros espaços para a discussão sobre o ensino próprio das Ciências Sociais, que se operacionaliza por meio de disciplinas de Metodologia do Ensino das Ciências Sociais, Laboratórios de Pesquisa e Prática Pedagógica em Ciências Sociais, Prática Educacional, Pesquisa e Extensão, Didática e Ensino de Sociologia etc.

## Desafios postos

Certamente a expansão do número de cursos deve ser encarada como algo positivo, ainda que avaliações mais detalhadas sobre como ela se deu recentemente no Ensino Superior Brasileiro, em especial no rede federal de ensino via o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), possam apontar contradições significativas geradas por esse processo. Para Handfas (2012, p. 28) “[...] é importante chamar a atenção para o fato de que um número considerável de cursos criados em virtude do REUNI são cursos de licenciaturas, cuja implementação e manutenção são mais baratos.”

Acreditamos que o processo de valorização dos cursos de Licenciatura como um todo, e dos de Ciências Sociais em particular, encontra-se em curso, impulsionado pelas ações que emanam do Estado, como a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio por força de lei, o que é apontado nos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC de todas as novas licenciaturas na justificativa de sua criação, e o advento do PIBID. Em todo o caso, a valorização de tais cursos perpassa necessariamente a valorização do professor na Educação Básica, o que toca tanto as condições de trabalho, quanto o status que ocupam junto ao meio acadêmico. Nesta direção, referindo-se às mudanças que têm ocorrido no trabalho docente nos últimos anos Weber (1996, p. 48) aponta que:

É bem verdade que mudanças substantivas no trabalho docente dependem, principalmente, do lugar que a educação formal, nos seus diferentes níveis de ensino, obtém dos projetos político-sociais mais amplos, bem como do suporte oferecido pela instância universitária para os processos de formação e de acompanhamento do trabalho pedagógico e, também, do controle exercido pela sociedade civil.

Tendo em vista tais considerações, devemos reconhecer que apenas a ampliação do número de cursos de formação inicial não resolve a questão, ainda que seu impacto deva ser sentido de forma mais contundente nos próximos anos. Na maior parte dos estados nordestinos, assim como no restante do país, a proporção predominante dos profissionais que lecionam Sociologia não possui formação acadêmica para tanto, e mesmo quando a possuem encontram limites estruturais para produzir uma ‘desnaturalização da realidade social’, tal qual preconizado pelas Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia (BRASIL, 2006), considerando o limitado número de aulas semanais, normalmente apenas uma hora aula e, mesmo diante do ingresso da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, não há livros de Sociologia em muitas escolas, ou em número insuficiente, ou ainda, muitos alunos se recusam a receber o livro, considerando-o desnecessário para uma disciplina de apenas uma hora aula. Acrescenta-se a tais questões o fato de que: “[...] a formação do professor e das suas práticas na Educação Básica dependem da compreensão de Ciências Sociais/Sociologia da agência formadora, do campo das Ciências Sociais e do campo da Educação sobre a pertinência do ensino de Sociologia nas escolas” (SILVA, 2009, p. 15), e envolve ainda a compreensão do poder público sobre o lugar da Sociologia na Educação Básica, sua relevância, e quais são os profissionais que poderão lecionar tal ciência.

A ausência de clareza por parte do poder público sobre o que são as Ciências Sociais e seu ensino pode gerar situações

paradoxais, sendo emblemático o caso ocorrido na Paraíba em 2008, quando se deu a publicação do Edital N° 01/2008/SEAD/SEEC, que previa 252 vagas para professores de Sociologia e o mesmo número para Filosofia; contudo, nos requisitos necessários para o cargo de professor de Sociologia, a exigência era de Licenciatura Plena em Sociologia, ou em Ciências Sociais, desde que o ingresso do candidato tenha ocorrido no curso até 1998. Tal cenário se deu por uma confusão com a legislação pertinente, considerando que a Portaria N° 399/89 estabelece as habilitações aos licenciados em ciências sociais, dentre as quais, o ensino da sociologia, o que foi revogado pela Portaria N° 524/98, passando a vigorar a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, que estabelece o seguinte em seu artigo n° 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

Ocorreu uma interpretação demasiadamente literal da LDB, entendendo-se que era necessário exigir a Licenciatura na mesma ciência que era lecionada na Educação Básica. Em se tratando da Sociologia seria necessário, portanto, um licenciado em Sociologia, o que ignora não apenas uma tradição intelectual, mas também uma realidade acadêmica, pois o que há no país, majoritariamente, são cursos de Ciências Sociais.

A situação *sui generis*, apenas solucionada quatro anos depois, já no limiar da validade do referido concurso, nos aponta para o quanto ainda é frágil esse diálogo entre as instituições formadoras e o poder público. Mesmo no período mais recente, como no processo de seleção para monitores (professores temporários) junto à Secretaria Estadual de Educação de Alagoas em 2012, ainda observamos que, além dos Licenciados em Ciências Sociais, é permitido que Licenciados em Pedagogia possam pleitear vagas para a docência da Sociologia na Educação Básica. É válido destacar que, em 2005, quando ocorreu o último concurso para professor do estado, em Alagoas, o requisito para a área de Sociologia era “Licenciatura Plena em Pedagogia, com prática de ensino na disciplina correspondente ou em Fundamentos da Educação”, sem fazer nenhuma menção à licenciatura em Ciências Sociais, o que só foi resolvido posteriormente, mediante retificação do edital; recentemente foi publicado um novo edital no qual se exige exclusivamente a

Licenciatura em Ciências Sociais. Portanto, o diálogo com as Secretarias Estaduais de Educação é um desafio posto desde já.

Conforme preconiza o documento sobre as Diretrizes para os Cursos de Ciências Sociais (BRASIL, 2004), dentre as competências e habilidades próprias ao licenciado, uma delas seria o domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio. Isso só poderá ser plenamente realizado, quando houver uma maior clareza sobre que conteúdos básicos são estes, visto que, por mais que haja uma certa convergência entre os programas propostos pelas Secretarias Estaduais de Educação em todo o país, conforme nos indica Santos (2012), estes são em sua maioria desconhecidos pelos professores da Educação Básica, o que se aprofunda pelo fato de não haver um currículo em nível nacional para a disciplina, tornando-se o Livro Didático em muitos casos o principal meio de seleção e organização dos conteúdos a serem lecionados, já que

O livro didático não funciona em sala de aula como um instrumento auxiliar para conduzir o processo de ensino e transmissão do conhecimento, mas como o modelo-padrão, a autoridade absoluta, o critério último de verdade. Neste sentido, os livros parecem estar modelando os professores. (FREITAG, COSTA, MOTTA, 1993).

Outro desafio proeminente neste campo diz respeito à necessidade de aproximação entre os professores de Sociologia que atuam na Educação Básica e a Universidade, uma vez que, ao contrário do que tem ocorrido em outras áreas do conhecimento,

Entre cientistas sociais, a tendência tem sido a separação: pesquisadores em ciências sociais – que raramente se identificam como professores, mesmo que universitários –, e professores de sociologia do ensino médio estão em mundos diversos: aqueles bem postos, legitimados no âmbito acadêmico; estes, desgarrados, vivendo uma ambigüidade crônica: entre o sindicato de professores, que não lhes dá suporte em sua especificidade como ‘professores de sociologia’ – dado que o sindicato deve abstrair o que não é ser professor – e o sindicato dos sociólogos, que não lhes pode reconhecer essa outra especificidade ‘professor’ – dado que isso subtrai a identidade do sociólogo. (MORAES, 2007, p. 399-400).

Em parte, esse desafio tem sido timidamente enfrentado, com um recente fomento acadêmico à discussão sobre o Ensino de Sociologia, como podemos perceber, com a criação do Grupo de Trabalho ‘Ensino de Sociologia’ em 2005, junto ao Congresso

Brasileiro de Sociologia, do Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica em 2009, da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais em 2012, cujo primeiro encontro ocorreu em 2013. Assim como têm ocorrido diversos encontros estaduais sobre o Ensino de Sociologia, que têm buscado realizar uma articulação com os professores da Educação Básica e com as Secretarias Estaduais de Educação.

Estas ações devem ainda convergir para um incremento da produção intelectual nessa área, bem como para o desenvolvimento de pesquisas em nível de pós-graduação. Se no estado da arte que Handfas (2011) realizou, analisando o período entre 1993 e 2010, há 35 pesquisas desenvolvidas nesse nível possuindo enquanto temática o Ensino de Sociologia, das quais apenas duas foram defendidas em programas de pós-graduação no Nordeste, sendo uma junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da UFRN e outra junto o Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da UFC, neste breve intervalo de tempo ocorreram as defesas de mais cinco dissertações com esta temática, uma no PPGCS da UFRN, outra no PPGS da UFC, duas no PPGS da UFAL e uma no PPGS da UFPE, além de uma tese junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Esses dados apontam, mais uma vez, para uma tendência contrária ao cenário nacional, já que neste há uma concentração de tais trabalhos junto a programas em educação. No Nordeste as pesquisas que estão sendo realizadas encontram-se vinculadas aos programas em Ciências Sociais, ainda que haja um número pouco expressivo de pesquisadores que se dediquem à temática vinculados aos Programas de Pós-Graduação. Nesta direção, demarca um passo fundamental a criação, em 2012, do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, junto à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife; todavia, chama a atenção o fato de que nenhuma das duas linhas de pesquisa do programa se volta para a Educação: uma denomina-se ‘Estado, atores sociais e cidadania’ e a outra “Sociedade, cultura e desenvolvimento’, sendo o foco do programa muito mais a qualificação dos docentes da Educação Básica em nível de pós-graduação, não necessariamente a pesquisa sobre o Ensino de Sociologia, algo mais próximo do que ocorre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, que em 2011 fundou a linha de pesquisa de Ensino de Sociologia; em todo o caso, trata-se aqui de um avanço inegável, que traz a discussão para um novo patamar e nos leva a repensar as formas de formação continuada destes professores. Trata-se aqui de uma experiência também nova, já que a primeira turma ingressou neste mestrado em 2013.

Por fim, por mais que reconheçamos como interessante e necessária a ampliação da discussão pedagógica nas novas

licenciaturas que surgem, não podemos perder de vista que o domínio pleno dos conhecimentos próprios das Ciências Sociais é condição *sine qua non* para formamos professores de Sociologia, que devem ter clareza da necessidade de estarem continuamente em formação, recorrendo não apenas aos livros didáticos, como também a livros acadêmicos que possam subsidiar reflexões que serão desenvolvidas em sala de aula. Nesta direção, devemos chamar atenção para o papel das instituições formadoras que não podem se limitar à formação inicial, sendo de fundamental importância a formação continuada, que pode ser realizada dentre outras formas por meio da extensão universitária.

## Considerações finais

Neste breve texto buscamos produzir uma reflexão sobre a formação de professores de Sociologia no Nordeste do Brasil, destacando seus aspectos singulares, que se dão principalmente quando analisamos a expansão dos cursos, que se deu de forma tardia, impulsionada principalmente pela reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, e assentado no modelo universitário e público.

A expansão significativa do número de cursos em um curto intervalo de tempo, entre os anos de 2008 e 2013, com uma importante participação das Universidades Estaduais nesse processo, aponta para novos horizontes das Ciências Sociais no Nordeste, pois, para além de termos uma ampliação da formação docente nessa área, este aumento também implicou um escopo maior de professores de nível superior vinculados a cursos de Ciências Sociais, o que pode indicar, a curto e médio prazo, um incremento no que diz respeito à produção do conhecimento na área, em especial no que diz respeito ao Ensino de Sociologia.

Outro elemento que gostaríamos de chamar a atenção nessas palavras finais é que temos nesse momento o surgimento de novas experiências formativas, como a Licenciatura de Ciências Humanas com habilitação em Sociologia na UFMA, e o Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, criado pela Fundação Joaquim Nabuco em Recife no ano de 2012, que se volta para a formação docente em nível de pós-graduação.

Apesar do cenário ser otimista, em princípio, devemos ter cuidado com avaliações apressadas; apenas a médio e longo prazo poderemos realizar um balanço mais preciso sobre o impacto dessa expansão tanto no campo acadêmico das Ciências Sociais, quanto

na realidade educacional do Nordeste, bem como poderemos analisar com mais precisão o perfil dos alunos egressos desses novos cursos, e como estes profissionais e a própria Sociologia passarão a ser percebidos pelo poder público.

## Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, p. 31-51, 2006.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Lei nº 11.684*, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de junho de 2008.

BRASIL. *Orientações Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação, Brasília, 2006.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1/2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderly F.; MOTTA, Valéria R. *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez, 1993.

GUELFY, Wanirley Pedroso. *A Sociologia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro (1925-1942)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HANDFAS, Anita. Formação dos professores de sociologia: um debate em aberto. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa (orgs.). *Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012. p. 23-55.

HANDFAS, Anita. O Estado da Arte do Ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. *Inter-legere*, s/v n. 9, p. 386-400, 2011.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino de sociologia na escola secundária: um levantamento preliminar. *Rev, Fac. Educ.*, São Paulo. Vol. 13, n ° 1, p. 115-142. 1987.

MATIAS FILHO, Manoel. *Onde estão nossas cabeças? Os cientistas sociais: formação acadêmica e o exercício profissional*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2004.

MEUCCI, Simone. Entre a Escola Nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco (1929-1930). *Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 451-474, 2007.

MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989, p. 72-110.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, p. 359-382, 2011.

MORAES, Amaury Cesar.. O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?. *Cronos*, v. 8, n 2, p. 395-402, 2007.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1976.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, Leandro. FACHINETTO, R. F. . Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, v. 17, p. 124-157, 2007.

OLIVEIRA, Amurabi . Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, vol 35, n 2, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi; LIMA, Vilma Soares. Formação de Professores em Ciências Sociais: Desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. *Inter-Legere*, s/v, n 13, p. 140-162, 2013.

SANTOS, Mário Bispo. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.). *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 131-180.

SANTOS, Mário Bispo. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. *Percursos*, v. 13,

n1, p. 1-59, 2012.

SILVA, Ileizi L. F. Metodologias do Ensino de Sociologia na Educação Básica: aproximações com os fundamentos pedagógicos. In: \_\_\_\_\_ et ali (orgs.) *Cadernos de Metodologias de Ensino e de Pesquisa de Sociologia*. Curitiba: SETI PR, 2009, p. 15-35.

SILVA, Ileizi L. F. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). *Coleção Explorando o Ensino de Sociologia*. Brasília: MEC, 2010, p. 23-31.

SOARES, Jefferson da Costa. *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

WEBER, Silke. *O Professorado e o Papel da Educação na Sociedade*. Campinas: Papirus, 1996.

---

NOTAS:

<sup>i</sup> Neste momento não realizaremos uma análise detalhada do histórico da Sociologia na Educação Básica, para uma melhor compreensão da questão vide os trabalhos de Santos (2004), Silva (2010), Moraes (2011), Oliveira (2013).

<sup>ii</sup> Para uma melhor análise do movimento vide Xavier (2002).

---

Sobre o autor

*Amurabi Oliveira* é Doutor em Sociologia (UFPE). É professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Recebido em: 18/10/2013

Aceito em: 05/04/2014